

REFLEXOS DO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA BOLSA FAMÍLIA EM GOIÁS

Namaraízza Karoline Haylla Pinheiro de Santana¹

Mario Cesar Gomes de Castro²

RESUMO

O atual cenário sócio econômico apresenta uma discrepância entre ricos e pobres que se agravou ao longo da história do Brasil principalmente devido à relação entre crescimento econômico e distribuição de renda. Como instrumento de minimização de tamanha disparidade o governo utiliza como medida os programas de transferência de renda. O presente trabalho visa analisar o Programa Bolsa Família em Goiás e seus reflexos para reduzir a desigualdade social. Para alcançar tal objetivo foi empregada a pesquisa bibliográfica. De acordo com resultados preliminares de alguns estudos o Programa Bolsa Família é responsável por reduzir a desigualdade social de forma significativa e ademais os resultados favoráveis abrem caminho para o fortalecimento e consolidação deste no processo de redução da desigualdade da distribuição de renda.

Palavras-chave: Distribuição de renda. Programa Bolsa Família. Desigualdade social.

1 INTRODUÇÃO

A desigualdade social e a concentração de renda tem grande relação com o modelo de crescimento econômico existente em um país. Isto mostra a necessidade de se analisar como esta relação de interdependência entre estes se configura, até que ponto um elemento influi no outro, para desta forma, desenvolver políticas públicas que promovam melhor distribuição de renda e a melhoria na qualidade de vida dos habitantes.

Tendo-se que o crescimento econômico possibilita o desenvolvimento econômico e social, devem ser utilizados mecanismos que favoreçam o aumento do padrão de vida para a sociedade, com melhorias na área da educação, saúde, assistência social e possibilidades de emprego. Para se verificar o nível da distribuição de renda, deve-se analisar se o crescimento econômico tem atuado de forma positiva nos indicadores sociais de forma a minimizar as desigualdades.

¹ Graduanda do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Goiás.

² Prof. do Curso de Ciências Econômicas do Câmpus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas.

Verifica-se por meio de estudos que programas de transferência de renda possibilitam a redução da pobreza e proporcionam uma evolução nas condições de vida de seus beneficiários. Entretanto, ainda que haja uma consonância da minimização da pobreza como uma parâmetro central político de um país, não há a verificação de que transferências diretas sejam uma eficiente política e, muito menos, de que tais transferências devam ser condicionadas.

Para o Brasil, a implantação de programas de transferência de renda foi culminante para a redução das desigualdades de renda. Neste cenário a implantação do Programa Bolsa Família (PBF) se consagrou como um destes mecanismos para a sociedade brasileira.

Em relação a Goiás, o montante de recursos pagos com o auxílio do Bolsa Família teve um aumento considerável se comparado com o valor pago em 2004. Fato que levou ao objetivo de se estudar a implicação do Programa Bolsa Família para as famílias consideradas carentes e sua colaboração para o crescimento da renda destas.

2 METODOLOGIA

Para verificar o impacto do Programa Bolsa Família no Estado de Goiás, será analisado seu crescimento e seus reflexos nos indicadores sociais por meio de correlação entre estes. O estudo tem como ferramenta pesquisa bibliográfica, com compilação de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e de outros estudos a cerca do tema. Tendo como variáveis a educação, a saúde e a redução da violência em Goiás.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A relação entre concentração de renda, crescimento econômico e políticas públicas apresenta grande complexidade necessitando de estudos que possam clarificar esta relação apontando a interdependência entre eles e a influência que o crescimento econômico - sendo elevado e contínuo ou não - influi na renda per capita da economia das nações.

Este crescimento econômico afeta diretamente em fatores estruturais de esfera qualitativa e quantitativa como os indicadores sociais, como taxa de mortalidade e natalidade; nível de pessoas economicamente ativas; força de trabalho; nível de escolaridade; ampliação do sistema de saúde; aumento da produtividade; integração econômica entre as nações; dentre outros indicadores sociais. (FIORI, 1997).

A sociedade brasileira vem apresentando longo período de pobreza enfrentada por parte seus cidadãos, esta realidade não se configurava como um entrave de ordem estrutural ao ponto de ser relevante em relação às pautas das políticas no âmbito da proteção social. Somente a partir da década de 90 que esta questão passou a ser discutida e defendida de forma veemente e como parte do planejamento governamental. (COHN, 2004).

Percebe-se a questão da proteção social imersa em um contexto onde o sistema capitalista mostra-se enfraquecido e incapaz de possibilitar a seus cidadãos a destreza de manter-se de forma digna e igualitária; somente através de tais medidas há a retificação de tal falha proporcionada pelo próprio governo. Os programas de transferência de renda se enquadram neste quesito como um mecanismo de transferência direta de renda aos cidadãos a partir da comprovação da pobreza ou insuficiência de recursos dos componentes de um núcleo familiar; mostram-se como uma resolução da questão social (DIAS, 2006)

Em relação às políticas sociais, Hofling (2001) conceitua como sendo ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais com o objetivo de diminuir as desigualdades estruturais que são geradas pelo desenvolvimento socioeconômico.

No Brasil, apesar de medidas relacionadas à proteção social governamentais existirem desde 1920, somente com a Constituição Federal de 1988 que foram desenvolvidas políticas sociais onde os direitos estabelecidos puderam ser assegurados sendo tratado em pauta a questão da seguridade social para que pudesse ter maior visibilidade. (DIAS, 2006)

Tal distribuição de renda entre a produção é tratada desde o princípio das ciências econômicas e defendida por alguns economistas clássicos como Adam Smith que considerava a distribuição de renda como “taxas naturais de salários e lucros, sendo os salários determinados pelas necessidades de subsistência dos trabalhadores e os lucros determinados pela concorrência e pela produtividade”. Em contrapartida, Marx abandona as taxas naturais e assume que a mais-valia (resultado de ganhos de produtividade) tenha sua maior parte absorvida pelos capitalistas em detrimento dos trabalhadores (ZILBERBERG, 2008).

Inicia-se um período de crescimento do desemprego e da pobreza o que ocasionou descomunal insegurança social; dessa forma, percebe-se a distinção entre a velha e nova questão social através do trabalho após o fortalecimento do capitalismo industrial em que se constata uma ruptura e superação da sociedade capitalista industrial na qual os problemas anteriores relacionados à exclusão e exploração do homem se modificaram (ROSANVALLON, 1988).

Neste contexto o papel do Estado está centrado nas políticas públicas que visam à

promoção de oportunidades econômicas e sociais, igualdade e justiça social para todos os indivíduos. Estas geram condições igualitárias aos que atualmente não podem usufruir com igualdade dos benefícios advindos do crescimento econômico (HAMASAKI, 2003).

Os programas de transferência condicionada de renda são políticas que utilizam a transferência de renda à famílias pobres, sob a condição de que estas efetuem investimentos em seu capital humano, principalmente no de suas crianças e jovens (NAZARENO, 2014). Com a implantação do Programa Bolsa Família, houve não somente o fornecimento de um meio de transferência de renda na sociedade brasileira, mas se estabeleceu uma forma de beneficiar os indivíduos que não está ligado aos riscos intrínsecos às flutuações do mercado de trabalho. Esta forma constitui como um mecanismo de confrontar a questão da pobreza para parcela da população trabalhadora ou não. (NAZARENO, 2014).

De acordo com o Relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI) as ações da Bolsa Família, foram fundamentais para que o Brasil superasse a extrema pobreza na última década. Em relação ao Estado de Goiás, esse mesmo cenário pode ser verificado de forma que o programa tem auxiliado as famílias participantes a saírem da condição de pobreza extrema.

CONCLUSÃO

Constata-se que as políticas sociais objetivam compensar as desigualdades decorrentes do processo de desenvolvimento capitalista, que provoca um distanciamento entre pobres e ricos cada vez maior. Cabe ao Estado a função de garantir o bem-estar social e assegurar os direitos estabelecidos na Constituição Federal acerca da saúde, educação, trabalho e alimentação para todos.

O Programa Bolsa Família possui esta função de, em curto prazo, amenizar as consequências decorrentes da pobreza e, no longo prazo, investir no capital humano, quebrando o ciclo intergeracional da pobreza. No entanto, o ideal seria que o programa possibilite o fim do ciclo de dependência do beneficiário em relação ao governo.

REFERÊNCIAS

COHN, Amélia. *Programas de transferência de renda e a questão social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fórum Nacional, 2004. Estudos e Pesquisas. n. 85.

DIAS, Adriane Tomazelli. *A “nova” questão social e os programas de transferência de renda no Brasil*. 2006. 221f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FIORI, José Luís. Estado do Bem-Estar Social: Padrões e Crises. *Physis: Revista Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, 7 (2): 129 – 147, 1997.

HAMASAKI, Cláudia Satie. *Programas de Garantia de Renda Mínima no Brasil: Análise do Impacto das Transferências de Renda sobre a Pobreza*. 2003. 198 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*, ano XXI, n. 55, novembro/2001, p.31.

NAZARENO, L DE A. *O Programa Bolsa Família e o mercado de trabalho informal: uma análise de impacto da ação Brasil Carinhoso*. 2014, 35 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) Universidade de Brasília. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade Departamento de Economia, Brasília, 2014.

ROSANVALLON, Pierre. *A nova questão social: repensando o Estado-providência*. Tradução de Sérgio Bath. Instituto Teotônio Vilela. Brasília, 1988.

ZILBERBERG, Raphael Simas. *Transferência de renda, estrutura produtiva e desigualdade: uma análise inter-regional para o Brasil*. 2008. 95f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.